



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES "OSMAR DE AQUINO"
DEPARTAMENTO DE GEO-HISTÓRIA
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

**A ASCENSÃO E A DOMINAÇÃO POLÍTICA DA FAMÍLIA TARGINO EM
ARARUNA NO SÉCULO XX**

WELLINGTON RAFAEL DA SILVA

Linha de pesquisa: História e relações de poder

Guarabira - PB,
2018

WELLINGTON RAFAEL DA SILVA

**A ASCENSÃO E A DOMINAÇÃO POLÍTICA DA FAMÍLIA TARGINO
EM ARARUNA NO SÉCULO XX**

Linha de pesquisa: História e relações de poder

WELLINGTON RAFAEL DA SILVA

**A ASCENSÃO E A DOMINAÇÃO POLÍTICA DA FAMÍLIA TARGINO
EM ARARUNA NO SÉCULO XX**

Monografia apresentada no Curso de Licenciatura Plena em História, sob a orientação do professor Francisco Fagundes de Paiva Neto na Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento aos requisitos necessários para obtenção do Grau de Licenciado em História.

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do

S586a Silva, Wellington Rafael da.

A ascensão e a dominação política da família Targino em Araruna no século XX / Wellington Rafael da Silva. - 2018.

34 p. : il. colorido.

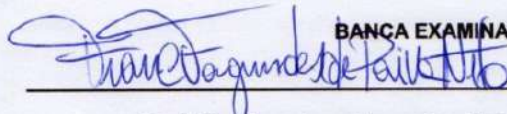
Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2018.

"Orientação : Prof. Dr. Francisco Fagundes de Paiva Neto, Departamento de História e Geografia - CH."

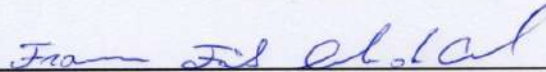
Monografia apresentada como requisito para obtenção do título de Graduado em Licenciatura Plena em História

Aprovada em 06/06/2018.



BANCA EXAMINADORA

**Prof. Dr. Francisco Fagundes de Paiva Neto (Examinador)
Universidade**



**Prof. Dr. Francisco Fábio Dantas da Costa (Examinador)
Universidade**



**Prof. Cristiano Luiz Christillino (Examinador)
Universidade**

Declaração:

Agradeço a realização deste projeto a meus pais e mãe, a todos os professores do curso de Licenciatura Plena em História, que em muito contribuíram neste processo, ainda os meus familiares, meus companheiros de jornada e amigos de muitas famílias, DEUS!!!

Dedicatória:

Atribuo a realização deste projeto a meus pais e irmã, a todos os professores do curso de Licenciatura Plena em História, que em muito contribuíram neste processo, onde os considero meus companheiros de jornada e amigos de muitas batalhas, DEDICO!

Agradecimentos

Agradeço:

À meus pais, Joselito Rafael e Maria Gorette, e a todos os meus parentes, amigos, que sempre me deram apoio e me ajudam a conseguir forças pra vencer e me tornar um cidadão íntegro;

A todos os meus professores do curso Graduação em História, no nome da pessoa de meu orientador Francisco Fagundes, que muito contribuíram em minha aquisição de conhecimentos, além dos colegas do curso que foram verdadeiros amigos nessa etapa acadêmica pela qual passamos juntos;

De modo geral a todos que contribuíram nessa minha trajetória, seja em maior ou menor escala, agradeço a todos que fizeram parte dessa caminhada.

“Canta a tua aldeia e serás universal”.

(Leon Tolstói)

Título: A ascensão e a dominação política da família Targino em Araruna no século XX.

Linha de pesquisa: História e relações de poder.

Autor: WELLINGTON RAFAEL DA SILVA – Curso de Licenciatura Plena em História – CH/UEPB.

Orientador (a): Prof. Dr. Francisco Fagundes de Paiva Neto;

Examinador (a): Prof. Dr. Francisco Fábio Dantas da Costa;

Examinador (a): Prof. Dr. Cristiano Luiz Christillino.

Resumo

O presente trabalho pretende tratar sobre a atuação das famílias na política, a permanência e a força das oligarquias, através da constituição de capital simbólico. Assim, partiremos de um estudo sobre a cultura política oligárquica familiar de dominação em um município interiorano, pensada através dos campos sociais locais, que apreende uma área de concentração da História Regional do município de Araruna, durante a primeira metade do século XX. Desta maneira, ao buscarmos uma origem identitária para a prática coronelística, se tornará possível notar, que a natureza dessas condutas se identifica de forma substancial com o *modus operandi* dos coronéis, chefes locais em que a sua influência e atuação tiveram mais amplitude na região Nordeste do Brasil. Compreenderemos a cultura histórica com concentração na História Regional, através das experiências coletivas e individuais que se manifestam nos campos sociais, fundamentando nossa pesquisa na cultura política, e poder simbólico e econômico. Utilizamos como autores nesta nossa pesquisa, entre outros: Linda Lewin, que nos fala sobre política de parentela na Paraíba; Humberto Fonseca de Lucena, sobre reminiscências de Araruna, no início do século XX, para entender as práticas de poder usadas pela família Targino. História oral, obras da historiografia regional, documentos oficiais. Aonde chegamos a certa compreensão do quadro social em um município, em que o coronelismo e o clientelismo foram parte importante de um sistema envolvendo parentela, política e poder.

Palavras chaves: coronelismo, família no poder, capital simbólico.

Listas de Ilustrações

Figura 01- Localização de Araruna no estado da Paraíba.....	12
Figura 02- Localização geográfica de Araruna - PB na Mesorregião Agreste.....	13
Figura 03- Relação de Parentesco dos Parlamentares na Câmara dos Deputados/Paraíba (1995-2015).....	16
Figura 04- Major Pedro Targino Pereira da Costa.....	23
Figura 05- Targino Pereira da Costa, o Coronel Gino.....	23
Figura 06- José Amâncio Ramalho, construtor do Velho Mercado.....	25
Figura 07- Velho Mercado de Araruna e Praça João Pessoa, em 1933.....	27
Figura 08- Casas construídas nas proximidades do Velho Mercado.....	28
Figura 09- Conjunto de casas construídas para fins comerciais nos arredores do velho mercado.....	28

Sumário

1- Introdução.....	11
2- Caracterização geográfica do município de Araruna – PB.....	12
3- As famílias no poder e a política de parentela.....	13
4- Ascensão da família Targino no poder em Araruna.....	22
5- Considerações finais.....	32
6- Referencias bibliograficas.....	33

A ascensão e a dominação política da família Targino em Araruna no século XX.

1-Introdução

Muitos espaços de experiência de grupos oligárquicos tradicionais se firmam em alguns casos, ao gerar expectativas de progresso em seu pretense local de dominação e poder político, associando a sua imagem como grandes realizadores, formando desta maneira o chamado capital simbólico.

Utilizamos como principais fontes então, discursos, materiais jornalísticos e documentos das administrações públicas.

Analisamos assim, a concentração de poder nas mãos das oligarquias, geralmente latifundiários, que detinham de grande prestígio na vida republicana, onde permaneceu a estrutura em que a economia era voltada para o mercado externo, e estes obtinham o poder nos estados e municípios, excluindo o restante da população do poder.

Os membros destas oligarquias que concentraram o poder entre si serão nosso objeto de análise, onde entre outras características observaremos a própria construção da imagem simbólica de "heróis" ou "salvadores" á parentes, aliados e políticos, além de estigmas negativos aos opositores.

Deste modo, nosso trabalho será dividido em algumas partes:

A Primeira referindo-se á análise das famílias no poder e a política de parentela, em seguida, da construção do nosso objetivo, que se inicia no ano de 1909, com a construção do Antigo mercado público de Araruna, que será forte instrumento utilizado como substrato à construção de um discurso sobre uma modalidade de desenvolvimento local, e principal instrumento para a chegada da família Targino á conquista do poder municipal.

Posteriormente, avaliaremos as estratégias de acumulação de capital simbólico e econômico da família Targino, firmando seu nome na microrregião do Curimataú paraibano, ao mesmo tempo em que as famílias constituíram identidades para seus respectivos "currais eleitorais".

Começamos por fazer uma análise do fortalecimento da família Targino e como muitos de seus membros conseguiram repetir o êxito de dominação do poder

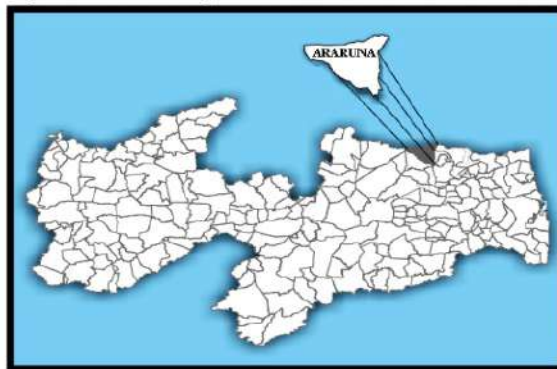
local, conquistando a prefeitura, passando pelas interventorias, que irão desbancar o poderio político de dominação local.

2- Caracterização Geográfica do Município de Araruna - PB

Araruna é um dos 223 municípios que formam o estado da Paraíba, estando compreendida na Mesorregião do Agreste Paraibano, na Microrregião do Curimataú Oriental (formado por Araruna, Cacimba de Dentro, Solânea, Dona Inês, Tacima, Casserengue e Riachão).

Localizando-se a sede da cidade no alto de uma serra de mesmo nome, a '*Serra da Araruna*', situado á altitude de cerca de 590 metros acima do nível do mar, representando o início do Planalto da Borborema, em sua encosta da escarpa Oriental, pois se situa na região denominada "Frente de Planalto" onde sua altitude destaca-se em relação com os baixos índices altimétricos da Depressão Sublitorânea em seu entorno, que caracterizam cerca de 200 metros acima do nível do mar.

Figura 01 – Localização de Araruna no estado da Paraíba.



(Fonte: CPRM, 2005).

A Serra da Araruna é na realidade uma Chapada Sedimentar, constituída por sedimentos muito antigos que recobrem o cristalino, cujas encostas apresentam declives acentuados, bastante trabalhados pela erosão (RODRIGUEZ, 2001, p. 8).

Figura 02- Localização geográfica de Araruna - PB na Mesorregião Agreste.



(Fonte: RODRIGUEZ, Janete Lins, 2001).

O município de Araruna está localizado na parte norte do território paraibano, sendo limítrofe ao vizinho estado do Rio Grande do Norte, o que lhe confere uma grande importância geográfica e estratégica. Onde cerca de mais de um terço de seu território é limítrofe ao estado vizinho, através da fronteira com os municípios de Japi, Monte das Gameleiras, Serra de São Bento e Passa e Fica.

As famílias no poder e à política de parentela

Um dos elementos que contribuíram com a formação da conjectura política do país é a prática do coronelismo, mesmo que tenha conotação negativa, embora possuísse forte conotação na região Nordeste do país, não é inerente só a ele. Este elemento se constituiu muito fortemente amparado em uma concentração fundiária da terra, característica que retrata a estrutura social do país desde o início da colonização.

Eram as famílias do poder que demarcavam territórios e criavam identidades, perpassou a Colônia, Império e República, deixando marcas profundas até mesmo em moldes contemporâneos. Com o advento da Primeira República, entrou em cena a figura do coronel, favorecida pela estrutura agrária e pelos grupos de parentela nos municípios do interior. Nossa pesquisa busca uma reflexão da forma que foi acentuada as ambições familiares, acrescidas do mandonismo, clientelismo, compadrio, e divisão municipal.

No livro *Casa Grande e Senzala*, Freire (2004, p.81) coloca a família como fator predominante da colonização, pois esta, como grupo social, fundamentou a nossa economia. Não foi o Estado e muito menos uma Companhia de Comércio que colonizou o Brasil como força produtiva, mas a família aristocrática portuguesa. Da base agrícola econômica, as famílias monopolizaram o mando político:

A família colonial reuniu, sobre a mesma base econômica da riqueza agrícola e do trabalho escravo, uma variedade de funções sociais e econômicas. Inclusive, como já insinuamos, a do mando político: o oligarquismo ou nepotismo, que aqui madrugou, chocando-se ainda em meados do século XVI com o clericalismo dos padres da Companhia. (FREYRE, 2004, p.85)

Deste modo, é preciso entender as relações de poder a que fazia parte os coronéis:

[...] o coronelismo é, então, um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca do reconhecimento deste de seu domínio no estado. (CARVALHO. J.M. 1997, p. 2).

Sendo assim, utilizando-se do poder estatal na relação entre os coronéis e o governo estadual, e entre os mesmos e a população havia uma cumplicidade na troca de favores por barganhas. Usava-se do poder que se tinha, para garantir-se na sua continuidade política e até mesmo ascensão pra outras esferas de poder.

Neste modelo, observa-se que os partidos políticos e ideologias partidárias geralmente não obtém espaço de voz, em seu lugar estão políticos que pertencem quase sempre a uma família tradicional, que dominam politicamente muitos municípios. Podemos citar os Maia de Catolé do Rocha, os Gadelha de Sousa, os Lacerda de São José de Piranhas, os Targino Maranhão de Araruna, os Cunha Lima/ Rêgo de Campina Grande, os Toscano/Paulino de Guarabira e os Bezerra/Ramalho de Bananeiras, como exemplos. Todos com atuação política em diversos territórios da Paraíba.

Havendo-se a necessidade de ampliação de capitais, sejam eles econômicos, políticos e familiares, torna-se a família inserida em espaços estratégicos, notadamente o âmbito político. Alves (2015) nos informa que:

Numa estrutura em que o capital econômico prevalece, a família, enquanto corpo com sentimentos recíprocos de proteção, os levaria a perpetuar, ou mesmo ampliar as conquistas já adquiridas, protegendo os seus próprios membros. (ALVES, 2015, p. 28)

Este processo político desencadeia uma alternância política, existente no próprio jogo oligárquico, onde as famílias se revezam no processo político e estagnação econômica e social. Esta representação não fica somente direcionada a política local, pois ela amplia sua ramificação nas esferas regionais, estaduais e federal, observa-se que cerca de 48% dos representantes políticos do Congresso Nacional possuem elos com parentes, o que demonstra ser um número alarmante para consolidação da democracia no Brasil.

No caso da representação política da Paraíba, este quadro é mais acentuado.

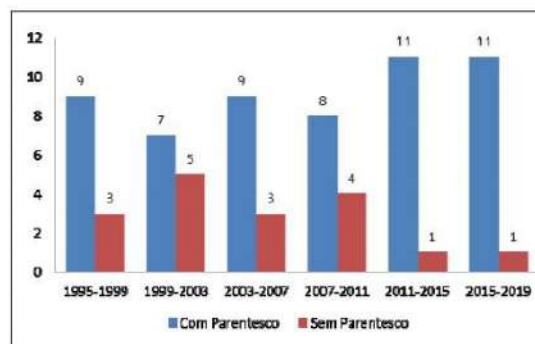
A bancada da Paraíba, na 55ª Legislatura na Câmara Federal é composta por 12 parlamentares, são eles: Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro (PP), Benjamin Gomes Maranhão Neto (MDB), André Amaral (PROS), Hugo Mota (PRB), Wellington Roberto (PR), José Wilson Santiago Filho (PTB), Damião Feliciano (PDT), Efraim Filho (DEM), Veneziano Vital do Rêgo (PSB), Marcondes Gadelha (PSC), Luís Couto (PT) e Pedro Cunha Lima (PSDB). Dos atuais 12 representantes estaduais paraibanos, 11 estão relacionados diretamente as redes de parentesco político no Estado.

Destacamos o deputado federal Benjamin Gomes Maranhão Neto (MDB), como um descendente político direto da ramificação familiar Targino Maranhão com dominação política no município de Araruna/PB desde o início do século XX, até a contemporaneidade.

José Marciano Monteiro (2016), nos mostra uma série histórica da bancada federal paraibana, externando que esta representação vinculada a oligarquias não se trata de um fenômeno de um mandado isolado.

É notadamente um fenômeno que tem se ampliado, esta representação com base em parentesco no decorrer da série histórica. Podemos observar ainda, que não é um fenômeno que ocorre somente com o estado da Paraíba, mas sim, em todo país, com presença mais forte na região Nordeste.

Figura 03: Relação de Parentesco dos Parlamentares na Câmara dos Deputados/Paraíba (1995- 2015).



Fonte: Monteiro, J. M. (2016, p. 5).

Entre os dez primeiros estados com a bancada formada por parentelas, seis são nordestinos, o que pode caracterizar a supremacia da base política de parentela na região. O Nordeste possui forte predomínio de políticos derivados da base familiar. Esta prática ocorre principalmente na Paraíba, no Rio Grande do Norte e em Alagoas.

O poder familiar na Paraíba guarda resquícios da estrutura política de base familiar fruto do nosso processo de colonização. Em um Estado onde a receita não supre as necessidades básicas da população, o empreguismo aparece como forma de dominação e sobrevivência, trazendo consigo, práticas da velha República. Caracteriza-se então a prática do clientelismo, na prestação de favores mútuos entre os coronéis e classe política em geral com a população, que troca o voto por favores políticos, como mencionado anteriormente.

Clientelismo seria um atributo variável de sistemas políticos macro e podem conter maior ou menor dose de clientelismo nas relações entre atores políticos. Não há dúvida de que o coronelismo, no sentido sistêmico aqui proposto, envolve relações de troca de natureza clientelística. (CARVALHO, J.M. 1997, p. 3).

Neste entendimento, a prática clientelista também varia o seu conteúdo ao longo do tempo, dependerá dos recursos que dispõe controlado pelos atores políticos, em nosso caso pelo mandonismo e pelo governo, inseridos em um sistema simbólico.

Para Linda Lewin, (1993, p.9) a Paraíba, durante a República Velha, teve como principal característica a organização política a partir do grupo de base familiar, ou seja, a política familiar identificou o nosso sistema "coronelista", que

apresenta a figura do coronel como o grande chefe, figura esta muitas vezes estereotipada, na identidade nordestina.

[A] imagem de poder quase absoluto [...] ajudou a constituir a marca do coronel como líder da região, rico, poderoso, filho das famílias mais ricas e há gerações detentoras de terras e poderes políticos no Nordeste. A idéia de que a região é dominada por um esquema político obsoleto e centralizador reforça sua dependência da parte sul do país, tida como desenvolvida. Alimentar essa imagem do coronel ajuda a justificar o atraso com que se representava o Nordeste, principalmente o sertão, distante das sedes de governo e das mais importantes decisões políticas da região. (GALVÃO, 2010, p. 22)

Tem-se uma representação bastante estereotipada da região Nordeste, como região pobre e dependente, onde seus governantes exploram mais do que em outras regiões o povo local, a desigualdade social e a falta de equidade é bastante forte, mais presente do que em outras regiões no geral, porém não exclusiva dela, faz parte do histórico social brasileiro como um todo prática coronelista, o clientelismo e o mandonismo.

A prática coronelista gera inclusive, uma verdadeira “carreira política”, uma profissão política que em muitos casos se faz hereditárias, mediante a atuação da política de parentela, onde os filhos dos oligarcas herdaram seu espólio político, estendendo-se muitas vezes para cônjuges, irmãos e cunhados, que fazem da parentela um mecanismo de enriquecimento, pois, enriquecem através da relação com o campo administrativo estatal, quer por mecanismos lícitos ou por manobras quase ilícitas ou ilícitas.

É neste cenário que situamos nosso objetivo específico de pesquisa, a utilização destas práticas no município de Araruna – PB, na primeira década do século XX.

Observamos a cultura política do estado Paraíba associada á grupos de base oligárquica e familiar, onde há uma “adesão afetiva” que se relaciona ao poder simbólico. Verifica-se, sobretudo praticado na denominação de logradouros públicos como praças, escolas, ruas, monumentos, que levam ao imaginário social a permanência da identidade com os vultos. Fator que prejudica a participação política da população e ajuda a perpetuar o poder das famílias. Mediante essa noção, intencionava-se chegar ao entendimento do que seria a cultura política de uma nacionalidade, indicado como:

O termo 'cultura política' refere-se às orientações especificamente políticas, às atitudes com respeito ao sistema político, suas diversas partes e o papel dos cidadãos na vida pública".[...] a distribuição particular de padrões de orientação política com respeito a objetos políticos entre os membros da nação" bem como afastar-se das explicações mais em voga da ciência política de sua época, marcadas por uma forte ênfase no estudo das instituições políticas, que ainda não haviam conseguido desvencilhar-se das origens judicialistas da disciplina. (ALMOND e VERBA, 1989, p.12 e13)

Segundo Bordieu (2000), os sistemas simbólicos efetuam um domínio estruturante, na proporção em que similarmente são estruturados. E a estruturação advém da incumbência que os sistemas simbólicos possuem de integração social para um combinado consenso. O consenso aqui apresentado é o da liderança, ou seja, de dominação.

Desta maneira, as relações de comunicação são de modo inseparável, sempre, relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material e simbólico acumulados pelos agentes. (BOURDIEU, 2000).

Quando tratamos o conceito de parentela, estamos fugindo necessariamente de "clã" ou "família patriarcal", que não excluem o parentesco em seu conceito, mas que não abrangem essa dinâmica das relações sociais. Temos o conceito de parentela como:

(...) grupo familiar que, no mínimo consiste de todos os parentes reconhecidos, incluindo os que forem herdados dos pais e os incorporados por meio de um cônjuge ou cônjuges. Além disso as parentelas podem incluir outras pessoas que, embora sem ligações do sangue ou casamento, vivem próximos a margem do círculo. (CHANDLER, 1980, p. 14).

Desta maneira, além dos próprios membros do clã familiar, inserimos pessoas próximas, que fazem parte de seu círculo de confiança, e que corroboram com a continuidade da dominação política, contribuindo com o mesmo, por isto então a afinidade mútua.

Para Linda Lewin (1993, p.113), na Paraíba, "pertencer a uma parentela, uma família extensa, constituía a sua mais importante filiação organizacional". Todos de uma maneira direta ou indireta estavam ligados à parentela, do pequeno agricultor residente numa casa de taipa a um exportador de algodão residente de uma nobre casa na capital.

Sendo assim, podemos situar outra questão da história da família no Brasil relacionando ao papel privado que a família configurou, é quando os mandatários do poder confundem o que é público e o que é privado na consolidação. A maior contribuição de relevo para este debate veio da obra de Sérgio Buarque de Holanda.

Para ele, a empresa colonial formada pela família patriarcal, propiciou “a invasão do público pelo privado, do Estado pela família”. (HOLANDA, 1995, p.82.)

A família como empreendedor foi, a base da formação político-social do Brasil. A ideia de Estado era a mesma de uma grande união familiar que dirigia uma grande empresa. Embora possamos enfatizar que no século XIX o Estado brasileiro foi se associando cada vez mais a estruturas administrativas capitalistas, que exigiram uma maior eficácia econômica, resultando na contenção de uma diversidade dessas influências apontadas genericamente.

O primeiro princípio da economia política é que o soberano de cada nação deve considerar-se como chefe ou cabeça de uma vasta família, e conseqüentemente amparar a todos que nela estão como seus filhos e cooperadores da geral felicidade (HOLANDA, 1995, p.85).

Este modelo coloca a família no lugar do Estado. Porém no século XIX, vale-se ressaltar que o sistema sesmarial caiu com a Lei de Terras (1850), que representou limites à família real e às demais famílias.

[...] a Lei de Terras de 1850 também nos indica que igualmente era preciso ensinar aos fazendeiros, grandes posseiros, sesmeiros e proprietários de grandes extensões de terras, latifundiários em geral, que seus interesses de expansão e apossamento da forma como até então vinham acontecendo em algum momento deveriam ter fim. Ou deveriam, ao menos, ser realizados respeitando os critérios da Lei e, nesse caso, o principal deles dizia que a compra era a única forma de acesso à terra. Em outros termos, a expansão do latifúndio não seria impedida, mas passaria a ter como suporte principal o mercado de terras que a Lei ajudou a construir. Portanto, da mesma forma que os pobres do campo, os senhores e possuidores de grandes extensões de terras deveriam aprender a lidar com a propriedade limitada, deixar de vê-la como uma dádiva. (SILVA, M. 2015).

Ou seja, a Lei de Terras, acaba de certa maneira mantendo a expansão latifundiária, está seria realizada através da compra, não houve, portanto, uma reforma que garantisse mais possibilidades dos cidadãos em geral terem acesso a terra.

Em parte, as desigualdades sociais e regionais do país, foram geradas neste período, além dos líderes políticos fazerem apropriações dos bens públicos como extensão de suas posses. Isto devido a constante inter-relação entre público e privado. É com a transgressão do público pelo privado que o “empregado”, ou o sujeito que é classificado pela “amizade desigual”, passa a ser cidadão. Segundo José Murilo de Carvalho (2002, p. 45):

A herança colonial pesou mais na área dos direitos civis. O novo país herdou a escravidão, que negava a condição humana do escravo, herdou a grande propriedade rural, fechada à ação da lei, e herdou um Estado comprometido com o poder privado. Esses três empecilhos ao exercício da cidadania civil revelaram-se persistentes. A escravidão só foi abolida em 1888, a grande propriedade ainda exerce seu poder em algumas áreas do país e a desprivatização do poder público é tema da agenda atual de reformas.

Carvalho (2002), no texto citado acima, comenta que o poder da grande propriedade é exercido em algumas áreas do país, embora acentuado e considere esta atuação para uma maior abrangência no país sob esta influência.

O direito civil encontrava-se tão somente na lei, sem uma execução adequada, o que externava o poderio dos dominantes sobre os dominados. Esse modelo de mudança que transforma a família patriarcal e, conseqüentemente, o poder familiar em poder do Estado, é resultado da expansão da produção industrial. Assim, o poder patriarcal com base rural perde poder com o crescimento das cidades, fruto das mudanças de trabalho.

Inserido nessa prática de dominação, encontramos a violência como um fator de pujança, que servia em muitos casos para resolver entraves, sobretudo relacionado à moral familiar sentenciada por um *pater familias* era o fator determinante da identidade do grupo, onde resolviam seus problemas com armas brancas ou armas de fogo.

Além disto, podemos usar como aspecto importante as famílias tradicionais oligarcas como formadoras de territorialidades a partir de laços de sangue, como afirma Pinto (1980), sendo de crucial pertinência esta descrição de determinados territórios sem descrever as relações sociais, e as conjunturas sociais vividas.

Com dominação política estabelecida em um território, estas famílias oligárquicas acabavam por ampliar seu domínio regional.

Para Rêgo (2008, p.18):

A acumulação de material simbólico obedeceu às estratégias familiares previamente definidas, mas que possuíam todas o mesmo objeto, o de preservar e o de aumentar o mais possível o prestígio econômico, social e político da família.

Assim, estes grupos oligárquicos conseguiam passar no decorrer dos anos a administrar a possibilidade cada vez mais concretizada de permanência no poder, pois estavam no topo da liderança social local, e manter seus privilégios, em

detrimento de uma esmagadora maioria da população que ficava muito á margem deste processo.

Situamos então, que a identidade da família fazia com que a política fosse marca registrada. Sendo assim, era necessário que a família para manter seu continuísmo de privilégios, tivesse sempre um membro inserido em uma esfera de governo seja municipal, estadual ou federal. Assim, era o nome que enaltecia seus membros, como capital simbólico. (Precisa ver como um repertório de capitais no espaço social convergem para essa modalidade de projeção. Em alguns casos)

Necessário também mencionar, que os vínculos de associação relacionados á família, não precisariam ser necessariamente vínculos familiares. O que nos trás a compreensão de que o conceito de parentela não seria algo fechado na casa do chefe político, mas como algo que vai além das dimensões de espaço desta casa, que vai de município a município, que cria rivalidades, assim como elos entre diversas classes sociais.

Lewin denomina esta estrutura de "sistema político de base familiar da Paraíba", onde prevalecia a lealdade ao grupo e o caráter "quase-corporativo da parentela". Observa-se que todo este sistema inclui ramificações extrafamiliares, em um longo sistema de ajuda mútua que caracterizava a política paraibana. Mas vale salientar, que para Lewin, não era a política que formava as parentelas, mas o contrário, a política paraibana apenas pegou carona com estes vínculos de longa duração.

Consolidada a família a partir de um território definido, e ao mesmo que, o nome da família passava a fazer parte do imaginário social, o grupo familiar fixava seu poder, e partia para a disputa política.

Prática bastante comum entre as oligarquias era a do casamento endogâmico, que muitas vezes era realizada como único método para não se correr o risco de perder o capital simbólico político e econômico. Pois este tipo de casamento conservava o patrimônio no interior da família. O casamento entre primos, ou tios e sobrinhas originou a família como grupo quase corporativo (LEWIN, 1993, p.144).

Estes casamentos entre famílias ricas ampliavam as riquezas, por isso sempre foram tão comuns.

Se a origem social e a educação formal comuns tendem a fazer com que os membros da elite do poder se compreendam e confiem mais prontamente entre si, sua ligação permanente cimenta os sentimentos que experimentam em comum. Os membros dos vários círculos superiores conhecem-se como amigos pessoais e como vizinhos; misturam-se nos campos de golfe, nos clubes fechados, nos veraneios, nos aviões continentais e nos transatlânticos. Encontram-se em fazendas de amigos comuns, enfrentam-se sob câmaras de televisão, ou servem às mesmas instituições filantrópicas. (WRIGHT MILLS, 1968, p.332 e 333).

Observamos que a representação política realizada através da família como instituição social, se tornou uma estratégia rentável, como um meio de vida, praticamente uma profissão, deste modo, as identidades foram se formando como símbolos de poder. Essa organização familiar criou estereótipos para trazer a população à vida política.

Nos vale ainda ressaltar que a família não é somente representada neste sistema apenas nos laços de consanguinidade, como cultura política, vai mais além, está em todos os lugares: na casa do agricultor, na reunião dos vaqueiros num bar, na casa de farinha, na escola, na Casa-Grande, na prefeitura, no Cartório, no Palácio do Governo, enfim, permeia todas as esferas da sociedade.

Estas relações familiares, sobretudo alimentadas pelos favores, fazem com que os “de baixo” passem conviver com os “de cima” em uma relação de favorecimentos de interesses mútuos, que ocorre de maneira socialmente desigual, mas que garante a sobrevivência de ambos os estamentos.

Ascensão da Família Targino no poder em Araruna

Em Araruna, no início do século XX, principalmente entre os anos de 1905 e 1910, se observaram grandes modificações em seu desenvolvimento, isso se sucedeu da seguinte forma: A Família Targino, bastante influente no município, era comandada pelos irmãos Pedro Targino Pereira da Costa (Major Pedro) e Targino Pereira da Costa (Coronel Gino), filhos de Targino Pereira da Costa, líder do clã e que fora membro da primeira câmara de vereadores do município.

O patriarca da família, o senhor Targino Pereira da Costa casado com Dona Jesuína Paula da Assumpção, conforme nos trás a genealogista Zilma Ferreira Pinto (2002), tiveram a seguinte descendência: 1) Bernardina, 2) Henrique, 03) Francisco, 04) Rosa Leopoldina, 05) Paulina, 06) Joana Elvira, 07) Guilhermina, 08) Pedro, 09)

Marianna, 10) Júlia, 11) Targino. Havia ainda Dona Jesuína Paula da Assumpção, 2 filhos de um primeiro casamento, conhecidos por Mariquinha e Martiniano.

Destes, merece destaque Pedro Targino Pereira da Costa, que embora recebesse a alcunha de Major Pedro, era um coronel da Guarda Nacional, uma patente pela qual passaram a serem conhecidos muitos coronéis, em troca da manutenção da ordem pública, realizada pelos seus jagunços ou pelos seus conterrâneos munícipes, ou ainda pelo fornecimento de soldados para as guerras empreendidas pelo Império Brasileiro no século XIX. O poder dos coronéis se estabelecia com a concessão de patentes pela Guarda Nacional, muitas vezes comprada.

A Guarda Nacional foi criada em 1831, com o propósito de defender a constituição e independência do império brasileiro. Homens somente sendo brasileiro, com idades que variavam entre 21 e 60 anos e que gozassem de direitos políticos poderiam compor os quadros dessa instituição.

A abdicação do Imperador D. Pedro I gerou uma atmosfera político-social instável e de incertezas em relação à integridade do Estado Imperial. Temendo que ocorresse o mesmo que ocorreu nos antigos vice-reinos espanhóis, a elite política do Império do Brasil tomou medidas para conter a difícil situação que a abdicação de D. Pedro I causou. Dentre as várias medidas tomadas pelos estadistas destaca-se a criação da Guarda Nacional [...]. A criação da Guarda Nacional foi uma medida encontrada pelos estadistas como forma do Estado ter a disposição um poder repressivo que fosse leal ao governo, uma vez que os estadistas tinham medo de que o exército ficasse ao lado do antigo monarca. Além disso, a função principal que a Guarda Nacional deveria desempenhar eram atividades de caráter policial, fazendo rondas nas ruas da cidade para manter a ordem, estar presente nas festas e outras solenidades que eram realizadas. (Costa Júnior, J. A. F., 2011, p.1).

Na prática, os membros da Guarda nacional representavam mais uma situação histórica, marcada pelo abuso das instituições para fins estritamente particulares. Com o tempo, estes “coronéis” valiam-se de suas tropas para preservarem seus interesses econômicos e políticos pessoais.

O coronelismo e a Guarda Nacional são geralmente apresentados como faces da mesma moeda, em razão da intensidade de suas relações. O fato de pertencer a essa instituição era assim uma forma de legitimação formal do prestígio do coronel, mas não se constituía na origem de seu poder. Nesse sentido, sua extinção em 1918 foi de pouca relevância para o coronelismo como fenômeno sociopolítico, já que, a partir de então, os coronéis tornaram-se chefes de fato e não somente de direito, autoproclamados ou aclamados pela comunidade. (RÊGO, 2008, p. 70).

Os irmãos Targino, Major Pedro e Coronel Gino, eram juizes de paz e conselheiro municipal, ainda tinham outro irmão influente, o Padre Francisco Targino da Costa (Padre Targino), a frente da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, chegando ainda a extrapolar os limites municipais, sendo deputado estadual, emergiram na política ararunense e dominavam praticamente quase todos os espaços de poder municipal, faltando-lhes apenas a prefeitura municipal, que era comandada por Sebastião Soares Cabral.

Figura 04– Coronel Pedro Targino Pereira da Costa (1859-1947)



Fonte: Fonte: casadamemoriararuna.com

Figura 05– Targino Pereira da Costa, vulgo Coronel Gino.



Fonte: casadamemoriararuna.com

Os Targino eram proprietários de várias casas e sítios no município, sobretudo o Major Pedro e o Coronel Gino, representantes genuínos do

coronelismo, que embora já casados, comandavam a política local e dividiam senhorio na casa-grande da Fazenda Maquiné, onde possuíam engenho.

Estabeleceram-se a posteriori em outras moradas, o Major Pedro em um casarão, hoje não mais existente, na propriedade denominada "Limão", e o Cel. Gino num casarão no centro de Araruna.

A respeito da economia do município de Araruna, PINTO (2002, p.36) ao referenciar o pesquisador Lyra Tavares (1910) escreve: "As principais fortunas são avaliadas em 2000 contos, sendo mil contos a dos Targino, e igual soma dividida entre diversos".

Através das relações de poder, o prefeito Sebastião Soares Cabral ora era subserviente as vontades da família Targino e em outros momentos as de seus adversários políticos, a família Bezerra Cavalcanti, e esta subserviência o levou, a atender as vontades destas famílias por diversas ocasiões, utilizando-se da gestão e do poder público, para alcançarem seus objetivos políticos. (LUCENA, 1996).

Forte exemplo da influencia dos grupos políticos de Araruna, sobre o então o prefeito, através de seu uso da gestão pública, foi sua assinatura no contrato de construção do primeiro mercado público de Araruna, realizado praticamente para dar gosto a Família Targino, que sabia da importância que este projeto traria de benefícios políticos e econômicos para si, além de contribuição para o desenvolvimento econômico da vila. (LUCENA, 1996).

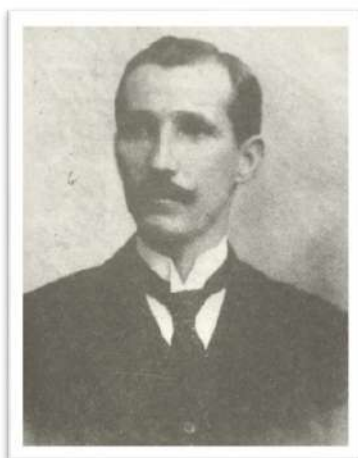
Porém, para que realmente este projeto que mudaria a morfologia do espaço urbano da cidade de Araruna, saísse do papel, foi muito importante à participação de um homem chamado José Amâncio Ramalho, filho de Antônio Ramalho da Silva, político influente em Araruna, e proprietário de terras no distrito de Tacima.

Por mais que pese a participação dos Targino na construção do primeiro mercado público de Araruna, foi pelas mãos de Amâncio Ramalho, que a construção do mercado de fato se concretizou. Ramalho Leite (2016), a respeito de José Amâncio nos conta:

Nascido em Tacima, ainda por concluir o curso de direito no Recife, [...], Zé Amâncio, como era conhecido, idealizou a construção de um mercado público em Araruna como marco inicial do progresso daquela cidade serrana. A prefeitura ou o antigo Conselho Municipal não tinham receita para tanto. (LEITE, R. 2016, p.65).

José Amâncio Ramalho tinha conhecimento da qualidade dos solos que o município de Araruna dispunha, que aliado ao seu clima ameno e frio, por se encontrar em altitude considerável (590 m), era muito propícia para o cultivo da cultura de algodão, e de plantas frutíferas, além de outras culturas de subsistência que já predominavam no município.

Figura 06– José Amâncio Ramalho, construtor do Velho Mercado.



Fonte: casadamemoriararuna.com

Todos eram sabedores das benfeitorias que o mercado público traria para Araruna, apenas o prefeito Sebastião Soares Cabral não se animava, pois as despesas da obra estavam bem acima das reais condições da prefeitura, pois a seca castigava o município, e a prefeitura já não dispunha de recursos para enfrentar gastos tão elevados, porque se no exercício de 1907, o dinheiro da vila de Araruna, montou a quantia de pouco mais de nove contos de réis, enquanto a obra proposta por José Amâncio Ramalho custaria em torno de trinta contos de réis, nos seus cálculos mais otimistas.

Araruna vivia a primeira década do século XX, com uma dominação familiar muito forte politicamente.

Os Targino, ontem como hoje, mandavam e desmandavam nos destinos da cidade e na vontade dos cidadãos. Concordaram com a ideia de Zé Amâncio e o Conselho conseguiu arrecadar seis contos de réis para a obra. O restante seria por conta do empreiteiro, beneficiário "do imposto de chão, de açougue e lojas, pelo prazo de dez anos" para se ressarcir do investimento que chegaria a trinta contos de réis. A construção foi iniciada em 1908 [...]. (LEITE, R. 2016, p. 66).

Acabou que esta quantia não se tornou obstáculo para Amâncio, pois ele próprio custearia o empreendimento, em troca de poder ser favorecido por incentivos fiscais e outras benesses que seriam permitidas pela prefeitura, como o direito de receber por um prazo de 10 (dez) anos os impostos de chão do mercado. Por trás de toda boa vontade de Amâncio Ramalho, estava sua vontade de usufruir economicamente e politicamente do município, da qual com o uso e influencia do mercado, o tornava um nome cada vez mais forte e poderoso na cidade.

Esse fato, não agradou aos olhos da Família Targino, pois não queriam partilhar o poder político em Araruna com mais ninguém, já lhes bastava os adversários á época.

Há de se registrar que, paralelamente ao prestígio dos Targino, àquela altura contando com os cargos de prefeito, de juiz e de padre na família, crescia também em Araruna a popularidade de Zé Amâncio. Vem de longe a ação dos coronéis contra quem lhes ouse fazer concorrência. (LEITE, R. p. 66. 2016).

A despeito de Amâncio Ramalho, em contra partida, os irmãos Major Pedro Targino e Coronel Gino, tinham interesses econômicos nas áreas que se desenvolveriam a partir da criação do mercado, a respeito de alguns dos terrenos em volta, dos quais, por eles foram comprados, pois sabiam que estes seriam muito valorizados, com o propósito de abrirem comércios, alugarem ou o que mais lhe viessem de ideia a mente, além dos próprios méritos políticos que a população os creditaria.

Desta forma alcançariam os objetivos políticos que tanto almejavam e que com a construção do mercado e a compra dos terrenos em sua volta, enfim os levaria desejada conquista da prefeitura, que de fato ocorreu, deixando a família Targino ocupando todos os cargos de importância no município de Araruna, pois, o Major Pedro estava no comando da Prefeitura, Coronel Gino no Conselho Municipal e o Padre Targino na Igreja, assim como nos diz Humberto Fonseca de Lucena, na aceção dos termos eles “casavam e batizavam”.

O favorecimento pessoal através de interesses particulares da Família Targino e de José Amâncio Ramalho com a construção do mercado público, onde ambos utilizar-se-iam de um bem público, para fortalecerem seu poder econômico e político na vila, se tornava nítido, logo então, o espaço urbano não seria

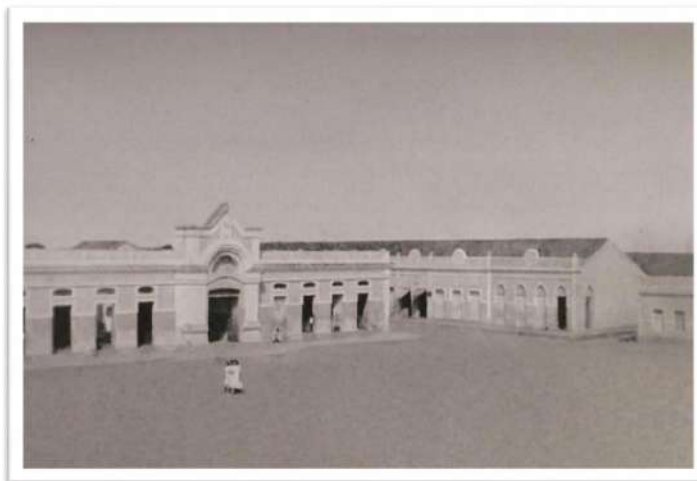
transformado pensando no bem geral dos habitantes da cidade, e sim pela defesa dos interesses de determinados agentes sociais.

Este propósito de construir o mercado público, que ligaria dois pontos importantes do núcleo urbano da cidade entusiasmou o Padre Francisco Targino, como nos conta Humberto Fonsêca de Lucena (1996, p. 66):

A sua ideia foi levada para o papel e é fácil de imaginar a repercussão favorável que obteve junto à comunidade. O projeto de Amâncio entusiasmou e contou com o endosso dos Targino, especialmente do Padre Targino que se apressou em defendê-lo na expectativa de melhorias nos *"negócios da matriz"*. Somente o prefeito não se entusiasmou.

Enfim, aos 03 (três) de março de 1908 (mil novecentos e oito), a escritura da empreitada foi enfim realizada, e assinada pelo prefeito municipal da vila de Araruna, Sebastião Soares Cabral e José Amâncio Ramalho, tendo como testemunhas o Capitão Antônio Alves Chaves Torres e Nuno Magalhães Teixeira, moradores da vila, perante o tabelião Manoel Silveira Borges de Lima.

Figura 07– Velho Mercado de Araruna e Praça João Pessoa, em 1933.



Fonte: casadamemoriaaararuna.com

Amâncio Ramalho levou os projetos, após a assinatura do plano de construção, para conhecimento público, mostrando os detalhes da obra à população, pois sabia que era de bom agrado de todos que se fosse realizado, e de forma astuta levou este conhecimento as pessoas em geral, para caso de alguma

desistência, ou quebra de contrato a população seria revoltosa ao prefeito e a família Targino.

Figura 08– Casas construídas nas proximidades do Velho Mercado.



Fonte: Wellington Rafael da Silva, 2016.

Figura 09– Conjunto de casas construídas para fins comerciais nos arredores do velho mercado, detalhe para o símbolo no topo da casa, com ramos de café representando a família Targino.



Fonte: Wellington Rafael da Silva, 2016.

Após muitos desentendimentos, que chegaram inclusive a serem destaque em nível estadual, com manchetes em vários jornais á época trazendo troca de acusações, entre os irmãos Targino e Amâncio Ramalho, chegaram a um acordo, onde o segundo se viu impedido de continuar em Araruna, tendo que aceitar “amistosamente”, a plena quitação da dívida entre ele e a prefeitura, de onde abdicou de 04 (quatro) dos 10 (dez) anos de impostos de chão, dos quais tinha direito de usufruir segundo cláusula contratual.

Amâncio acusava a Prefeitura de Araruna de dificultar a cobrança dos impostos de feira a quem tinha direito, segundo o contrato, a prefeitura em contrapartida acusava o construtor de mão ter concluído totalmente a obra do mercado, acusando de ter faltado parte de reboco e pintura.

Estes entraves entre Amâncio e os Targino, causou desconforto tão grande que o presidente do estado, Castro Pinto, envia um emissário, na pessoa do tenente- coronel Francisco Coutinho de Lima e Moura, com a pretensão de amenizar a situação, na impossibilidade de uma conciliação.

A disputa pelo objetivo em comum, o poder, já era algo notório, e de conhecimento da maioria da população, tendo em vista a aproximação do pleito municipal de 1912. Mas o estopim maior conforme nos conta Humberto Lucena:

A gota d'agua para o rompimento definitivo aconteceu quando Amâncio viu derrubada sua pretensão de nomear um seu irmão para o cargo de Juiz Municipal, ocupado pelo DR. José Guilherme de Souza Caldas, fiel correligionário dos Targino, e que fora reconduzido para o posto em maio de 1913. A partir de então, as brigas ganharam os jornais. (LUCENA, 1996, p. 80).

Após estes episódios, com várias publicações de críticas e respostas nos jornais "A União" e "O Norte", o misto de advogado e engenheiro Amâncio Ramalho, não conseguiu mais continuar bem, estando em Araruna, e se deslocou para a região do Brejo paraibano, donde desbravou terras das quais surgiram o município de Borborema - PB, e lá conseguiu enfim, controlar e estabelecer um domínio político, além de levar sua grande marca: o planejamento urbano.

Aos 13 dias de outubro de 1914 o prefeito de Araruna, Coronel Pedro Targino, apresentou o seguinte documento para ser transcrito em Cartório:

Havendo a Prefeitura de Araruna se apossado do edifício do Mercado Público da vila do mesmo nome, por mim construído mediante contrato entre mim e a dita Prefeitura, sem que me fosse indenizado dos quatro anos que ainda me cabia desfrutar por força do respectivo contrato; pelo presente declaro haver entrado em acordo com o Coronel Pedro Targino da Costa, atual Prefeito, para receber nesta data como indenização a importância de 4 contos de réis (4:000\$000). Dou ao pleno Prefeito a plena quitação desistindo de qualquer ação. Assinado. José Amâncio Ramalho. (LUCENA, 1996, p. 86).

Aparentemente com a desistência de Amâncio foi encerrada a questão, esta pendenga jurídica de maneira cordata, mas na realidade, a força política do Major Pedro Targino, prevaleceu.

Faltando ainda quatro anos para terminar o contrato firmado com a municipalidade para exploração comercial do mercado, Zé Amâncio foi dispensado, depois de uma batalha que envolveu até noticiário na imprensa desta capital, Desgostoso, mas conciliador, Zé Amâncio aceitou receber quatro contos de réis de indenização e retirou-se de Araruna para sempre. Borborema, então Boa Vista, ganhou esse empreendedor que adquiriu terras ali em 1912. (LEITE, R. 2016, p.66).

Após isto, o Major Pedro Targino, permanece no mandato de Prefeito em um extenso período, que vai de 1909 até 1921. Porém sua influência e dominação política se estendem por outros períodos, onde por indicação sua é nomeado para sua sucessão municipal, seu sobrinho José Targino Pereira da Costa, recém-chegado dos estudos na Europa, filho de seu irmão o Coronel Gino, administrando o município de 1921 á 1929.

Posteriormente, após gestões de correligionários seus á frente do comando municipal, também se tornaria prefeito Targino Pereira da Costa, durante o período compreendido entre 1933/1935, que possuía o mesmo nome de seu progenitor, este, também sobrinho do Major Pedro, que não teve filhos.

O Major Pedro faleceu em 1947, no pleno comando da política municipal. Estava o Brasil a se redemocratizar; após a ditadura Vargas. E o mundo do pós-guerra prenunciava as mudanças que haveriam de ocorrer. Embora não tendo descendência direta, exerceu o Major uma autoridade patriarcal em relação á família. Tinha ele em alto grau o senso familiar de consanguinidade. O conceito da família clânica. Foi o último Targino Pereira da velha geração. (PINTO, Z.F. 2002, p. 5).

Nas décadas posteriores os Targino mantiveram a liderança conquistada por todo século XX, transpondo-se ao século XXI, aos Targino Pereira sucederam-se os Targino Maranhão, que governaram consecutivamente 4 décadas seguidas a partir de 1976, até o ano de 2016, quando perderam hegemonia ao serem derrotados pelo atual prefeito de Araruna, Vital da Costa Araújo, descendente direto de Henrique Pereira da Costa, segundo filho do patriarca Targino Pereira.

Vale-nos salientar, que a influência política desta família não se delimitou apenas ao âmbito municipal, além do deputado estadual Padre Francisco Targino, podemos mencionar os três Targino que chegaram ao cargo de Governador do

estado da Paraíba: José Targino Pereira da Costa, filho do Coronel Gino; Almir Carneiro da Fonsêca e José Targino Maranhão (este por três vezes), descendentes de Júlia Targino da Fonsêca, 10ª filha do casal Targino Pereira da Costa e Jesuína Paula da Assumpção que residiam na antiga fazenda e engenho Maquiné.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse uso da força e poder político remonta à típica frase: "Você sabe com quem está falando?". O uso do poder pela família Targino nessa situação nos remonta a um ainda comum universo cotidiano no país, onde essa ríspida e autoritária indagação na forma de tratamento revela uma imposição truculenta de poder, amparada na influência política ou social de alguém que goza de prestígio político e/ou possui considerável poder econômico, ao se deparar com uma situação que não agrada seus interesses oligárquicos.

Nesse caso, ao invés de se submeter aos desígnios legais ou mesmo morais, o infrator prefere usar sua influência para fugir da sua responsabilidade. O uso da frase citada e suas consequências não são os únicos exemplos de conduta autoritária no Brasil; esse autoritarismo ainda se encontra arraigado na sociedade brasileira.

Essas situações ou outras demonstrações de abuso de autoridade geram normalmente indignação, mas quando nos referimos à vida social de uma cidade interiorana no início do século passado, notamos que um grande contingente populacional oprimido acabava corroborando com essas premissas, por considerá-las algo normal e bastante vivenciado. No entanto, esse tipo de comportamento seria socialmente aceito em se tratando de pessoas de classes sociais exclusivamente abastadas.

Todas essas situações expostas, como práticas oligárquicas coronelistas, política de parentela, nos faz destacar que o mandonismo e o clientelismo, que alcançaram sua expressão mais forte durante esse sistema coronelista abordado em nosso trabalho, foram sustentados pelas famílias e suas respectivas parentelas.

Observamos também que, em relação a esse processo, nota-se uma evidente lógica de permanência privada nas manifestações clientelistas que utilizavam da autoridade e do poder econômico e político para legislar a chamada coisa pública, na qual, através do poder pessoal, legitimam a tradição da família no poder político.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Horácio de, História da Paraíba. Vol. 11, João Pessoa, Editora Universitária/UFPB. 1978.

ALMOND, G.; VERBA, S. The civic culture: political attitudes and democracy in five nations. Princeton: Princeton University Press, 1989 [1963].

ALVES, Alessandro Cavassin. A província do Paraná e sua Assembleia Legislativa (1853-1889): a força política das famílias tradicionais. Curitiba: Nova Letra, 2015.

BOURDIEU, Pierre. O Campo econômico: dimensão simbólica da dominação. Campinas, São Paulo, Papyrus, 2000, p. 60.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. Vol. 4 nº. 2 Rio de Janeiro 1997.

_____. Cidadania no Brasil. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CHANDLER, Billy Jaynes. Os Feitosas e o Sertão dos Inhamuns; a história de uma família e uma comunidade no Nordeste do Brasil – 1700-1930. Tradução de Alexander F. Caskeye Ignácio R. P. Montenegro. Fortaleza: Edições UFC; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

COSTA JÚNIOR, José Airton Ferreira da. A guarda nacional e o Estado Imperial (1831-1850). In: Encontro de Pesquisa e Pós-Graduação em Humanidades, 2., 2011, Fortaleza. Semana de Humanidades, Humanidades: Entre Fixos e Fluxos, 8., 2011, Fortaleza. Anais... Fortaleza: Universidade Federal do Ceará; Universidade Estadual do Ceará, 2011, p. 1-11.

CPRM. Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento Por Água Subterrânea, Estado da Paraíba. Diagnostico do município de Araruna, Recife, 2005.

FREYRE, Gilberto. Casa-Grande e Senzala: Formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal. 49ª ed. São Paulo: Global, 2004.

GALVÃO, André Luís Machado. O coronelismo nas narrativas de Wilson Lins: espaços de poder. Feira de Santana, 2010, 120 p. Dissertação (Mestrado em Literatura e Diversidade Cultural). PPgLDC, UEFS, 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEITE, Ramalho. Gente do passado, fatos do presente. João Pessoa: A União, 2016.

LEWIN, Linda. Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Tradução de André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LUCENA, Humberto Fonsêca de. O Velho Mercado de Araruna e seus Arredores. João Pessoa, Empório dos livros. 1996.

MONTEIRO, José Marciano. Parentesco e representação política: a força do capital político familiar na 54ª legislatura no congresso nacional. Revista NEP (Núcleo de Estudos Paranaenses) Curitiba, 2016.

PINTO, Luís Aguiar Costa. Lutas de famílias no Brasil: introdução ao seu estudo. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1980.

PINTO, Zilma Ferreira. Os Targino e os Belmont da Serra de Araruna; IPGH, João Pessoa – PB, 2002.

RÊGO, André Heráclio do. Família e Coronelismo no Brasil: uma história de poder. São Paulo: A Girafa Editora, 2008.

RODRIGUEZ, Janete Lins. Atlas Escolar da Paraíba: espaço geo-histórico e cultural. João Pessoa: Grafset. 2002.

_____. Conhecendo Araruna. João Pessoa, Grafset. 2001.

SILVA, Marco Antônio Bloth. Lei de Terras de 1850: lições sobre os efeitos e os resultados de não se condenar “uma quinta parte da atual população agrícola”. Rev. Bras. Hist. vol.35 no.70 São Paulo jul./dez. 2015 Epub 27-Nov-2015.
<http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472015v35n70014>

TAVARES, João de Lyra. A Parahyba, Parahyba. Imprensa Oficial, 1910.

WRIGHT MILLS, C. A elite do poder: militar, econômica e política. Editora Zahar, 1968.